

# ■ O projeto de vida da geração Z: perspectivas para além do novo Ensino Médio

*The life project of generation z: perspectives beyond the new high school*

 Maria Solange Melo de Sousa \*

Recebido em: 10 maio 2023  
Aprovado em: 15 jul. 2023

**Resumo:** A educação brasileira vivencia mudanças significativas a partir da elaboração da nova Base Nacional Curricular Comum (BNCC) e do Novo Ensino Médio. As mudanças são resultado dos anseios da sociedade que clamavam por projetos que superassem os baixos resultados alcançados pelos estudantes nas avaliações de larga escala. Assim, novas leis têm por intencionalidade dar uma resposta aos vários segmentos sociais e, também encontrar um significado do que é educação para os jovens nascidos nesse início de século XXI. Diante disso, o objetivo do artigo é entender como o Novo Ensino Médio pode oferecer possibilidades para os jovens conquistarem as suas perspectivas de projeto de vida. O texto teve como metodologia a abordagem qualitativa, a análise documental e a discussão com autores que fundamentaram a construção do artigo. Ao final, é possível concluir que da forma como está estruturada as aprendizagens no Novo Ensino Médio ele, provavelmente, não contemplam o projeto de vida dos jovens da Geração Z.

**Palavras-chave:** Educação. Geração Z. NEM. Projeto de Vida.

**Abstract:** Brazilian education experiences significant changes from the elaboration of the new National Common Curricular Base (BNCC) and the New High School. The changes are the result of the yearnings of society that clamored for projects that would overcome the low results achieved by students in large-scale assessments. Thus, new laws have the intention of giving a response to the various social segments and also finding a meaning of what is education for young people born at the beginning of the twenty-first century. Given this, the objective of the article is to understand how the New High School can favor possibilities for young people to conquer their perspectives of life project. The text had as methodology the qualitative approach, the documentary analysis and the discussion with authors who supported the construction of the article. In the end, it is possible to conclude that the way it is structured the learning in the New High School it, probably, do not contemplate the life project of the young people of Generation Z.

**Keywords:** Education. Generation Z. NEM. Life Project.

---

\* Maria Solange Melo de Sousa é doutoranda e mestre em Geografia pela Universidade de Brasília (UnB); especialista em EaD; graduada em Geografia. Professora aposentada da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal – SEEDF. Professora formadora da UABI/UnB, e professora em regime de contrato temporário da SEEDF. Contato: sollangemello@uol.com.br

## Introdução

O século XXI enfrenta mudanças em diversas dimensões e fazer um planejamento de vida, torna-se um grande desafio, principalmente para a juventude que está cursando ou finalizando o Ensino Médio, aqui definida como Geração Z. Diante disso, é importante entender quais mudanças que estão ocorrendo no mundo nestas duas primeiras décadas do século XXI e que impactam na vida desses jovens.

As novas concepções de mundo mostram que fazer um projeto de vida sem se adequar às tecnologias digitais, o acesso aos novos meios de comunicação e até mesmo da inteligência artificial, é um tanto complexo, principalmente para os nascidos a partir do início do século XXI. Esse grupo de jovens já nasceu com o acesso à internet e, provavelmente, não se adaptariam as formas diferentes de meios de comunicação.

É partir dessa compreensão que o artigo ganha corpo e analisa a proposta contida no Novo Ensino Médio (NEM). Com isso, pretende-se que as instituições de ensino possibilitem aos estudantes das escolas públicas mecanismos para que eles tenham uma educação que os capacite para construir o seu projeto de vida, considerando o acesso ao ensino superior e ao mercado de trabalho ou à cidadania plena.

Dessa forma, faz-se necessário alguns questionamentos: as escolas públicas do Distrito Federal possuem estrutura física para trabalhar na dimensão proposta pelo NEM? A formação docente capacita os professores a trabalharem nas perspectivas do NEM? É possível o desenvolvimento do NEM, na perspectiva de educação integral em uma educação que não seja em tempo integral?

A partir das questões levantadas o trabalho tem como objetivo entender como o Novo Ensino Médio pode favorecer os jovens a conquistar as suas perspectivas de projeto de vida. Damon, Menon e Bronk (2003) consideram que o projeto de vida pode ser algo estável e generalizado de possível alcance, que seja significativo para o indivíduo e que gere um compromisso para o mundo além da subjetividade. É importante entender que, possivelmente, ter um projeto de vida pode ser um fator de proteção para o jovem (BRONK, 2014; DAMON, 2009; MARIANO e GOING, 2011). Dessa forma, Vieira e Dellazzana-Zanon (2020) argumentam que a construção de um projeto de vida pode evitar que os adolescentes apresentem comportamentos autodestrutivos.

As discussões envolvendo o Projeto de Vida, mencionadas no parágrafo anterior, que é uma das inovações trazidas pela Lei nº 13.415/2017, se justificam porque é preciso entender se ele de fato contribui para a qualificação da formação integral de jovens que estão cursando a última etapa da Educação Básica (BRASIL, 2017).

A metodologia utilizada para alcançar os objetivos

propostos foi de caráter qualitativo, utilizando como instrumentos de pesquisas leituras bibliográficas e análises documentais. Em relação ao primeiro, as referências a textos fundamentam teoricamente a temática apresentada na pesquisa. A análise documental tem por objetivo compreender as inovações legais relacionadas ao Novo Ensino Médio.

Assim, os documentos analisados serão as alterações propostas na Lei 13.415/2017 que trata do NEM; o novo Currículo em Movimento das escolas públicas do Distrito Federal, para entender as propostas que caracterizam a nova estrutura do Ensino Médio; e, por fim, pareceres e portarias publicadas pelos órgãos públicos que tratam do tema. Essas leituras serão importantes para dar consistência à pesquisa. Além dos materiais apresentados, outras fontes são: textos jornalísticos, reportagens e entrevistas disponibilizadas em sites de plataformas on-line.

Os sujeitos da pesquisa são jovens que estão cursando o ensino médio e serão definidos como geração Z. Eles vivenciaram as mudanças promovidas na educação básica com a implantação do Novo Ensino Médio a partir do ano de 2017. É importante destacar que a terminologia geração Z se faz necessária por ser bastante explorada nos principais meios de comunicação e plataformas digitais que tratam de gestão, marketing, mercado de trabalho, formação profissional e mundo do trabalho. Essa terminologia ainda precisa ser mais explorada no ambiente acadêmico – os trabalhos científicos que abordam a temática são restritos –, por ser muito utilizada no meio empresarial e nas mídias digitais, já que descrevem o comportamento dos jovens trabalhadores. Parte da juventude que cursa o NEM está inserida nesse universo.

Quanto à estrutura do texto, na primeira parte apresentam-se os sujeitos investigados, que são a geração Z, protagonistas deste artigo. Na sequência, o trabalho mostra a organização das aprendizagens do Novo Ensino Médio, constituído pela Formação Geral Básica (FGB) das áreas de conhecimento e pelos Itinerários Formativos (IF). Na terceira parte, analisa-se o Projeto de Vida proposto no NEM.

Por fim, as discussões envolvem a importância dos elementos contidos no Novo Ensino Médio, mencionados no parágrafo anterior, para compreender se eles são relevantes para a construção do projeto de vida dos jovens que cursam a etapa final da Educação Básica.

## Os sujeitos da pesquisa: a geração Z

A juventude que cursa o ensino médio nasceu na primeira década do século XXI, são os nascidos no “boom” da criação e desenvolvimento dos aparelhos tecnológicos. Para Guimarães (2021) essa geração surgiu na

transformação digital, gostam de inovar, sentem-se desafiados e estão sempre conectados ao universo das redes sociais e dos aplicativos. É para esses jovens que a escola tem que se preparar para fornecer uma educação revolucionária e que contemple o seu projeto de vida.

De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Lei nº 8.069 de 1990, jovens são adolescentes que se encontram na faixa entre 15 e 18 anos de idade e é essa faixa etária, com variação para mais ou para menos, que constituem as pessoas que frequentam o ensino médio nas escolas brasileiras.

Os sujeitos descritos nos dois parágrafos anteriores convivem com escolas que apresentam sérios problemas em sua estrutura física (escolas públicas) e com metodologia pedagógica conservadoras (comum tanto na escola pública, quanto na privada), tais fatores criam dificuldades para que eles tenham identidade com a instituição que frequentam. Como dito anteriormente, esses jovens, objeto de estudo neste trabalho, serão identificados como geração Z.

A geração Z precisa de exposição é isso que dá sentido à vida. Para essa juventude, a vida perfeita provavelmente está nas plataformas digitais por ser a que dá visibilidade e permite muitas *likes*. Na era do *Instagram*, *Facebook* e do *photoshop* o semblante humano se transformou em *face*, que se esgota totalmente em seu valor expositivo. Logo, a *face* é o rosto exposto, a forma de mercadoria do semblante humano (HAN, 2017). Portanto, a educação perfeita encontra um grande desafio para atender as expectativas da juventude atual.

Para o doutor em neurociências, Lucas Fürstenau de Oliveira, a geração Z cresceu exposta a estímulos variados e simultâneos e na expectativa de gratificação instantânea. Em reportagem divulgada no site da Universidade de Caxias do Sul (ONLINE, 2019) a respeito do tema, *A geração Z na visão da Neurociências*, o Professor argumenta que “Como boa parte dos serviços de tecnologia permitem respostas instantâneas, o usuário acostumou-se a esperar prazer da resposta imediatamente. O sujeito atribui mais valor ao prêmio imediato”. Diante disso, segue a reportagem, “uma consequência do imediatismo é a redução da capacidade de lidar com o adiamento da recompensa, o que vai influenciar de relações pessoais a padrões de consumo”.

Por isso, a educação voltada para a Geração Z precisa competir sempre com o dilema entre o que é informação e o que é conhecimento. Provavelmente, esses jovens consideram que o *Googledá* a eles todas as informações necessárias, e consideram isso conhecimento. Nesse conflito de ideias, o professor precisa entender que o seu papel de mediador na construção do conhecimento é essencial, para evitar que ele se torne um profissional descartável.

Para Han (2017, p. 93) “A sociedade da transparência,

é também a sociedade da informação”, e segundo o mesmo autor, “A massa de informação não gera verdade, e quanto mais se liberam informações tanto mais intrasparente torna-se o mundo. Logo, a hiperinformação e a hipercomunicação não trazem luz à escuridão” (HAN, 2017, p. 96). Diante desse contexto, cabe ao docente conduzir a construção do conhecimento em uma dimensão que promova o desenvolvimento da autonomia intelectual e do conhecimento crítico com o potencial de confrontar o poder de manipulação das forças midiáticas e das plataformas digitais que seduzem os jovens da geração Z.

O próximo tópico irá apresentar as aprendizagens contidas no Novo Ensino Médio (NEM), cuja intenção é atender as expectativas do projeto de vida da geração Z, aqui descrita.

### **Operacionalização das aprendizagens do Novo Ensino Médio: Formação Geral Básica (FGB) e os Itinerários Formativos (IF)**

De acordo com Sousa (2021), os problemas da educação brasileira não são atuais e se apresentam em várias dimensões que podem ser a nível local – no lugar escola –, municipal, estadual e federal. Para a pesquisadora, esses problemas se apresentam em formas de controvérsias e que interferem no processo educacional em contextos políticos, institucionais, sociais ou emocionais.

A análise em contexto político, deve-se à importância da educação como prioridade nas políticas de Estado, daí a necessidade de investimentos para que as mudanças se concretizem de fato. Na dimensão institucional, refere-se ao impacto direto da atuação das políticas públicas afeta a rotina das escolas em termos pedagógicos, administrativos e interfere nos resultados alcançados pelos estudantes (SOUSA, 2021). De acordo com Sousa (2021, p. 83):

Embora as funções da escola seja a aprendizagem, a capacitação para o trabalho e a formação cidadã, é preciso entender que ela também tem função social e não há como gestores, professores, coordenadores, orientadores e demais profissionais envolvidos no processo pedagógico terem uma postura de neutralidade diante de tantos fatos graves, principalmente, porque tais acontecimentos reverberam no emocional dos demais estudantes e, conseqüentemente, interferem na aprendizagem.

Os fatos graves descritos no fragmento ocorrem no cotidiano de muitas instituições de ensino e são relacionados a casos de negligência familiar, comportamentos adversos decorrentes de depressão, hiperatividade e outras patologias. Destaca-se também, agressões físicas na parte interna ou externa da escola, uso de drogas lícitas e ilícitas (SOUSA, 2021).

Com o objetivo de solucionar tantas adversidades e que se estabelecem interferências legais por meio de leis, como a Lei nº 13.415 de 2017. A lei foi gestada para tentar superar as controvérsias vivenciadas pela educação brasileira, principalmente, o baixo rendimento escolar. Mas, a desde a sua implantação a leirecebeu críticas de vários segmentos da sociedade civil e de especialistas em educação (SOUSA, 2021). Dessa forma, a lei vem sofrendo fortes pressões para que seja revogada. Uma das principais críticas está relacionada à operacionalização das aprendizagens e versa pela organização do currículo em Formação Geral Básica (FGB) e Itinerários Formativos (IF).

Para professores, especialistas em educação e pesquisadores, a grade horária disponível para a FGB é insuficiente e prejudica a qualidade do ensino e consideram que a quantidade de horas disponibilizadas para a outra parte que constitui as aprendizagens formadas pelos itinerários formativos, prejudicam a formação do estudante. Segundo o Currículo em Movimento do Novo Ensino Médio das Escolas Públicas do Distrito Federal:

Tanto a FGB quanto os IF estruturaram-se em torno de objetivos de aprendizagem. Tais objetivos foram construídos a partir de uma releitura das habilidades e competências da BNCC e considerando o Currículo em Movimento de 2014, de forma a elencar as aprendizagens essenciais para os estudantes do Ensino Médio (SEEDF, 2020, p. 15).

Dessa forma, considerar a eficácia ou fracassada organização das aprendizagens no NEM pode ser uma avaliação prematura. No entanto, é sabido que a organização curricular contida na Lei nº 13.415/2017 apresenta algumas falhas, ao valorizar alguns conhecimentos científicos em detrimento a outros. Para Sousa (2021, p. 68), “[...]os conhecimentos da área de ciências humanas perdem espaço, comprometendo-se assim o desenvolvimento dos conteúdos de Geografia e História”, além de Filosofia e Sociologia que também foram afetadas com a nova organização horária curricular.

Deve-se considerar ainda que os componentes curriculares das áreas de ciências da natureza e suas tecnologias e linguagens (Língua Inglesa, Arte e Educação Física) também tiveram suas cargas horárias reduzidas. Apenas os componentes curriculares de Língua Portuguesa e Matemática foram beneficiados e tiveram ampliação de sua grade horária. As alterações ocorreram para dar espaço aos itinerários formativos.

No Novo Ensino Médio a FGB é composta pelas quatro áreas do conhecimento: Linguagens e suas tecnologias, matemática e suas tecnologias, Ciências da Natureza e suas tecnologias e Ciências Humanas e Sociais Aplicadas. Quanto aos Itinerários Formativos, que representam a parte diversificada do currículo, eles “[...]

proporcionam ao estudante fazer escolhas, de acordo com seu Projeto de Vida e, também, aprofundar o conhecimento em uma das quatro áreas do conhecimento, e/ou optar por um quinto itinerário, composto pela Educação Profissional e Tecnológica (SEEDF, 2020, p. 15). O Currículo em Movimento do Novo Ensino Médio, traz em seu texto que:

De acordo com a Portaria MEC nº 1.432, de 28 de dezembro de 2018, a qual estabelece os referenciais para a elaboração dos Itinerários Formativos, o Novo Ensino Médio pretende atender às necessidades e expectativas dos estudantes, fortalecendo seu interesse, engajamento e protagonismo, visando garantir sua permanência e aprendizagem na escola (SEEDF, 2020, p. 120).

No entanto, é preciso cuidado ao considerar a proposta contida na Portaria do MEC, uma vez que, ao propor atender às necessidades e expectativas dos estudantes, a educação integral precisa dispor de vontade política dos governantes por envolver investimentos em estrutura física e pessoal capacitado e motivado. Diante do exposto, o histórico de políticas públicas no Brasil tem demonstrado que ele se caracteriza pelo desinteresse e pelo pouco caso e isso pode levar ao fracasso do processo em vigor.

Dando continuidade à análise do texto, ela traz ainda que a portaria argumenta que:

Para isso, deve assegurar o desenvolvimento de conhecimentos, habilidades, atitudes e valores capazes de formar as novas gerações para lidar com desafios pessoais, profissionais, sociais, culturais e ambientais do presente e do futuro, considerando a intensidade e a velocidade das transformações que marcam as sociedades na contemporaneidade (SEEDF, 2020, p. 120).

A portaria mostra que o mundo passa por mudanças profundas e a escola precisa se adequar às transformações vivenciadas na contemporaneidade. Entretanto, é preciso perguntar se apenas a implementação de uma lei é suficiente para promover a revolução necessária na educação brasileira. Segundo Sousa (2021, p. 68)

Nesse modelo, há riscos de que o ensino médio permaneça com a concepção de fase transitória e preparatória para o ensino superior ou de formação para o mercado de trabalho, não atendendo assim, os princípios e finalidades estabelecidas pela Lei de Diretrizes e Base (LDB). A escola que enfrenta dificuldades para a permanência do estudante por ser conservadora e não conseguir se conectar com a cultura juvenil, corre o risco de se tornar um ambiente mais hostil ainda.

Segundo Santos (1994), é necessário repensar o modelo de educação que foi adotado no Brasil no decorrer dos tempos. Assim, é importante frisar que há trinta anos Santos (1994) já questionava que a crise

estrutural da educação tem dimensão maior do que a que se apresenta no interior da escola e que projetos idealizados para dar respostas rápidas à sociedade, provavelmente, não se sustentam (SOUSA, 2021). Logo, é preciso que eles sejam “[...] tão dinâmicos quanto a realidade em movimento e reconheça o comportamento sistêmico das variáveis novas que dão uma significação à totalidade” (SANTOS, 1994, p. 122).

## O Projeto de Vida proposto no Novo Ensino Médio: uma discussão necessária

O projeto de vida é apresentado “como estratégia de reflexão sobre trajetória escolar na construção das dimensões pessoal, cidadã e profissional do estudante” e deve incidir em sua formação integral (BRASIL, 2018a). Diante disso, é pertinente procurar entender se um jovem consegue definir o que pretende enquanto projeto de vida, uma vez que eles estão em processo de transição da vida escolar para a vida acadêmica, ou para o mercado de trabalho ou até mesmo sem pretensão alguma.

O Currículo em Movimento do Novo Ensino Médio, quando trata do projeto de vida indica que:

[...] o projeto de vida tem a potencialidade de motivar e despertar o interesse dos estudantes para a construção do que esperam para si no futuro. Visa, portanto, apoiá-los no desenvolvimento de habilidades cognitivas e socioemocionais capazes de orientá-los, a partir de um continuum crítico-reflexivo, em suas escolhas de vida (SEEDF, 2020, p. 37).

Desse modo, faz-se necessário definir quais são as projeções que o currículo do NEM estabelece para que os estudantes conquistem as metas propostas para o seu projeto de vida de forma eficaz e que viabilizem o sucesso na vida acadêmica, no mercado de trabalho ou na formação de um cidadão crítico-reflexivo. Para Silva, Sobrinho e Leite (2017, p. 133):

A prioridade dada ao novo Ensino Médio é que o aluno adquira a capacidade de ler, escrever, interpretar e calcular no âmbito do ensino da língua portuguesa e matemática, simplesmente. Os conteúdos relacionados a outras áreas do conhecimento, constituintes do atual currículo, que nem sequer foram mencionados, parecem não ter relevância no processo formativo das novas gerações.

De acordo com os autores supracitados, têm-se a impressão de que o NEM, apesar de propor a educação integral, aparecem lacunas que impedem que ela se concretize. Pois, é por meio das ciências humanas que “[...] o aluno é capaz de adquirir conhecimentos que o qualifique e o instrumentalize a apreender e interpretar as realidades sociais, sejam elas atuais ou passadas (SILVA, SOBRINHO, LEITE, 2017, p. 132). E continua os autores:

A escola (e esta é a função dela) deve se aprimorar para preparar os indivíduos para a vida, isto é, para viverem neste mundo, segundo os seus complexos arranjos organizacionais. Com isso, ela deve primar pela justiça, criticidade, ética, solidariedade e pela transformação social, de forma que o indivíduo contribua na construção de um mundo menos desigual e mais democrático (SILVA, SOBRINHO, LEITE, 2017, p. 132).

Diante do exposto, compreende-se que o aprofundamento dos conhecimentos por meio das ciências humanas corrobora para o projeto de vida da geração Z. Mas, com a carga horária reduzida, há prejuízo pedagógico para nessa dimensão de alcance da formação para a cidadania. Com isso, a formação integral é prejudicada.

No Novo Ensino Médio, por meio das unidades curriculares eletivas orientadas – que faz parte dos itinerários formativos – os estudantes têm acesso a parte diversificada do currículo e cuja proposta é elencar diretrizes para o seu projeto de vida. No entanto, há riscos de se priorizar a educação profissionalizante que foi um modelo tão criticado no passado (SOUSA, 2021).

A crítica em relação às unidades curriculares eletivas orientadas se faz por entender que os professores não foram capacitados para atuar nesta concepção e, é comum perceber que elas estão se transformando apenas em componentes curriculares que se destinam a completar a carga horária dos professores. Os docentes criam projetos, sem eficácia e que pouco significado tem para o projeto de vida dos estudantes.

Além disso, para os jovens que idealizam experiências ligadas aos recursos digitais – a geração Z vislumbra as novas formas de trabalho disponíveis nas redes sociais como: *youtuber*, *digital influencer* ou *blogueiros* – é contraditório perceber que a escola não é capaz de oferecer a formação adequada para o mundo informacional e da e, talvez, seja aquele que contemple o seu projeto de vida. Com base no exposto, é possível que os argumentos apresentados por Silva, Sobrinho e Leite sejam pertinentes:

A instituição escolar não pode, apesar de ser desigual por natureza na sua origem, propagar/reproduzir a segregação que extrapola os seus muros, tendo o trabalho pedagógico assentado num currículo raso, que preza pela educação técnica, pois nem todos os concluintes do Ensino Médio, pelas inúmeras catracas sociais impostas politicamente, encontrarão portas abertas no mercado de trabalho, lamentavelmente (2017, p. 133).

Quando o currículo propõe que quase metade de sua carga horária se destine às unidades curriculares eletivas, mostra que o conhecimento necessário para a formação integral não é contemplado, pois, compromete o projeto de uma educação que trabalhe temas na transversalidade e na interdisciplinaridade ao estabelecer horários específicos destinados a temas específicos. De acordo com o Currículo em Movimento:

Eixos Transversais no currículo diz respeito à compreensão que os estudantes necessitam ter para vivenciar e experimentar as diversas questões em suas relações sociais que ora não devem ser esquecidas ou silenciadas na escola (SEEDF, 2020, p. 23).

Quanto à compreensão de interdisciplinaridade, é relevante se apropriar da análise de Frigotto em que a interdisciplinaridade se impõe em função do “homem se produz enquanto ser social e enquanto sujeito e objeto do conhecimento social” (FRIGOTTO, 1995, p. 26).

Para ilustrar o argumento apresentado, é possível pegar como exemplo, uma escola pública de uma Região Administrativa do Distrito Federal, para preservar o sigilo da instituição de ensino ela será denominada como Escola “A”<sup>1</sup>. Nesta Unidade de Ensino, a carga horária do 1º Ano do NEM, das terças e quintas-feiras se destinam às unidades curriculares eletivas e projetos de vida, disponibilizando assim, 12 horas aulas semanais.

Na Escola “A”, dentre as várias disciplinas ofertadas para totalizar as 12 horas aulas, tem-se: Direitos humanos; Luxo ou lixo: Depende de você; Cultura espanhola; A jornada do autoconhecimento; Saúde em movimento; Química ambiental; A leitura da realidade pelos olhos da estatística. A opção da disciplina a ser cursada depende da escolha do aluno, entre as trinta oferecidas semanalmente. É importante destacar que, da forma como elas são estruturas pela escola e trabalhadas pelos professores, provavelmente, o processo de interdisciplinaridade fica comprometido.

A partir do contexto apresentado, questiona-se a importância e a efetividade das unidades curriculares eletivas ofertadas nas escolas e que pretendem atender ao projeto de vida desses jovens. De acordo com Sousa e Peluso (2019, p. 111):

Os paradoxos relacionados à qualidade da educação, as intencionalidades do poder público e os objetivos da formação escolar não podem desconsiderar o principal protagonista, o estudante. É justamente o estudante que sai da educação básica sem ter um norte de qual o caminho a seguir dali em diante, pois ele, supostamente, sai de uma escola que apresenta precárias condições de infraestrutura; sua formação foi deficiente; o currículo não atende às necessidades para uma qualificação satisfatória e coerente ou para o mercado de trabalho, ou para educação continuada ou para a formação cidadã.

Por isso as críticas em relação ao Novo Ensino Médio, algumas áreas de conhecimento perderam carga horária para que fosse necessário a inclusão dos itinerários formativos, no qual o objetivo era uma educação integral. No entanto, sem implantar a educação em tempo integral a educação integral se torna, praticamente, inviável e compromete a formação plena do estudante, como mencionado por Sousa e Peluso (2019).

Quando o governo cria leis para promover mudanças

na educação pública é preciso cuidado, uma vez que as realidades vivenciadas nas escolas são diversas. Assim sendo, ela não pode ser meramente uma escola do acolhimento, ela precisa ser também, do conhecimento (LIBÂNEO, 2012). Sousa e Peluso (2019, p. 114) analisam que:

Para os estudantes de regiões carentes e que convivem diariamente com a miséria e com a ausência do Estado, o que é visível na escola, é que ali há um espaço de convivência social e, também pode representar possibilidades de conquistar estágios ou empregos. Muitas famílias, são assistidas por programas sociais do governo e que, para mantê-los, necessita-se que o filho esteja matriculado em uma escola. Nessas comunidades o invisível é que a educação e o acesso ao conhecimento é algo muito maior do que as suas percepções, ela pode ser transformadora e libertadora.

Quando se considera os argumentos mencionados por Sousa e Peluso (2019), pode-se ter como exemplo, a quantidade de estudantes que estão cursando o ensino médio e que buscam oportunidades no mercado de trabalho como estagiários ou como jovens aprendizes, o objetivo é obter uma renda que colabore com as despesas da família. Essas experiências profissionais transformam esses jovens em mão de obra precarizadas, porque é comum as empresas contratá-los para substituir trabalhadores formais. Segundo Sousa e Peluso (2019, p. 114):

Em uma escola pública de Ensino Médio em que há diversidade cultural, social e econômica entre os estudantes, é possível fazer uma análise de como esses jovens vislumbram suas expectativas futuras diante de uma sociedade com profundas transformações no mundo do trabalho e que cobram excesso de produtividade e analisar também se essa nova configuração é visível e possível.

E continuam as autoras:

É preciso que o estudante do século XXI tenha a capacidade de analisar o que se propõe para a educação brasileira evitando assim que esse indivíduo se transforme em alguém que age por estímulos determinados pela sociedade da produtividade, em que o excesso de hiperatividade, característico do excesso de desempenho se transforme em uma falsa ilusão de liberdade (SOUSA; PELUSO, 2019, p. 114).

As discussões apresentadas no artigo têm por objetivo discutir se a organização do currículo do Novo Ensino Médio, estruturado pela FBG e IF contempla o projeto de vida dos jovens da geração Z. Essa juventude que está em processo de formação diante de um mundo com profundas transformações do analógico para o digital. Afinal, referindo-se a Freire (1996, p. 59), “Ensinar exige respeito à autonomia do ser do educando.

## Considerações finais

O texto procurou analisar se as mudanças promovidas no ensino médio por meio da Lei 13.415/2017 são capazes de superar as adversidades vivenciadas pela educação pública e se ela atende ao projeto de vida da geração Z, jovens nascidos entre o final do século XX e início do século XXI.

Entende-se que o Novo Ensino Médio ainda é recente e que qualquer avaliação mais profunda pode ser uma análise prematura. No entanto, já é possível apresentar algumas possíveis falhas no currículo da Nova Lei. Dentre elas a forma como se organizou a operacionalização das aprendizagens ao propor uma grande carga horária para os Itinerários Formativos, que nem sempre atendem ao projeto de vida dos estudantes e compromete a carga horária dos conhecimentos necessários para formação integral dos discentes.

Quanto aos questionamentos levantados no início do

artigo, é preciso discussões mais profundas para que as respostas não sejam levianas, este argumento se justifica pelo fato de que o documento sofre resistência quanto à sua implementação por parte de docentes e de especialistas que pesquisam o NEM. Eles (docentes e especialistas), o consideram prejudicial à educação pública. Com isso, a análise dos professores e dos pesquisadores podem ser consideradas por governantes e demais autoridades ou mesmo alguns segmentos da sociedade civil como atitude de rejeição ou repúdio em relação ao documento. Mas, é pertinente considerar que a Lei 13.415/2017 foi implementada de forma impositiva e pouca democrática, por não envolver os principais sujeitos que participam do processo educacional brasileiro.

Diante do exposto, embora haja resistência de parcela do poder público em revogar o Novo Ensino Médio, faz-se necessário discussão para que se promovam alterações e ajustes nas falhas e equívocos apresentados na Lei que regula o NEM. ■

## Notas

<sup>1</sup> Escola A se refere à instituição de ensino que a autora tem regência como Contrato Temporário. Mas, ela é apenas um exemplo de aplicação do NEM nas escolas públicas. Portanto, ela não é objeto de estudo.

## Referências

- BRASIL, MEC, CNE, CEB. **Resolução CNE/CEB nº 3**, de 21 de novembro de 2018. Atualiza as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio. Diário Oficial da União, Brasília, 22 de novembro de 2018, Seção 1, pp. 21-24. 2018b.
- BRASIL, Ministério da Educação. **Portaria nº 1.432**, de 28 de dezembro de 2018, que estabelece os referenciais para a elaboração dos Itinerários Formativos conforme preveem as Diretrizes Nacionais de Ensino Médio. Republicada no DOU nº 66, de 05 de abril de 2019, Seção 1, p. 94-97, 2018c.
- BRASIL. **Lei nº 13.415**, de 16 de fevereiro de 2017. Altera as Leis nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 [...]. Brasília, 2017.
- BRONK, K. C. Purpose in Life: a Critical Component of Optimal Youth Development. New York: Springer, 2014.
- DAMON, W. O que o jovem quer da vida? Como pais e professores podem orientar e motivar os adolescentes (J. Valpassos, Trad.). São Paulo: Summus, 2009.
- DAMON, W.; MENON, J.; BRONK, K. C. The Development of Purpose during Adolescence. Applied Developmental Science, 7(3), 119-128, 2003.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 2007.
- FRIGOTTO, Gaudêncio. A interdisciplinaridade como necessidade e como problema nas ciências sociais. In: JANTSCH, Ari Paulo; BIANCHETTI, Lucídio (Orgs.). **Interdisciplinaridade: para além da filosofia do sujeito**. Petrópolis: Vozes, 1995.
- GUIMARÃES, Bruna. **Entenda como é a atuação da Geração Z no mercado de trabalho**. GUPY/Blog. Disponível em: <https://www.gupy.io/blog/geracao-z-mercado-de-trabalho>. Acesso em 15 out/2021.
- HAN, Byung-Chul. **Sociedade da Transparência**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.
- LIBÂNEO, José Carlos. O dualismo perverso da escola pública brasileira: escola do conhecimento para os ricos, escola do acolhimento social para os pobres. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 38, n. 1, p. 13-28, 2012.
- MARIANO, J. M.; GOING, J. Youth Purpose and Positive Youth Development. In R. M. Lerner, J. V. Lerner & J. B. Benson (Eds.). **Advances in Child Development and Behavior** - Positive Youth Development, 41, 39-68, 2011.

SANTOS, Milton. **Técnica, espaço tempo: globalização e meio técnico científico e informacional**. São Paulo: EDUSP, 1994.

SEEDF. **Currículo em Movimento do Novo Ensino Médio**. Homologado pela Portaria nº 507, de 30 de dezembro de 2020.

SILVA, Alcinéia de Sousa; SOBRINHO, Hugo, de C.; LEITE, Cristina Maria C. Análise crítico-reflexiva da reforma do Ensino Médio: o ensino de Geografia em questão. **Revista de Ensino de Geografia**, Uberlândia, v. 8, n. 14, p. 128-140, jan./jun. 2017.

SOUSA, Maria Solange M. de; PELUSO, Marília Luíza. **Revista Querubim** – revista eletrônica de trabalhos científicos nas áreas de Letras, Ciências Humanas e Ciências Sociais – Ano 15 Nº38 coletânea seção especial – 2019, p. 109-116. ISSN 1809-3264.

SOUSA, Maria Solange M. de. **A escola e seus jovens: lugar de controvérsias e perspectivas**. São Paulo: Editora Dialética, 2021.

UCS – Universidade Caxias do Sul. **A Geração Z na visão das neurociências**. Site de notícias, publicado em 30/09/2019. Disponível em: <https://www.ucs.br/site/noticias/a-geracao-z-na-visao-das-neurociencias/>. Acesso em 12. Jul/2023.

VIEIRA, Gabriela P; DELLAZZANA-ZANON, Letícia L. Projeto de vida na adolescência: uma revisão sistemática da literatura. Gerais – **Revista Interinstitucional de Psicologia**, vol. 13 n. 3, Belo Horizonte set./dez. 2020.